

# A PSEUDOCARNAVALIZAÇÃO EM UM TERREIRO DE PAU DOS FERROS - RN

**Leonardo Mendes Álvares**

Doutorando em Letras PPGL-UERN

[leomalvares@gmail.com](mailto:leomalvares@gmail.com)

**Gilton Sampaio de Souza**

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP (Araraquara)

Professor adjunto IV - UERN

[giltonssouza@gmail.com](mailto:giltonssouza@gmail.com)

## Resumo

Este artigo é fruto de nossa pesquisa de doutorado, em desenvolvimento junto ao PPGL/UERN. Nele tratamos da (des)materialização do conceito de *carnavalização*, proposto por Bakhtin, com a qual nos deparamos no ínterim da observação participante que levou à constituição do *corpus* da pesquisa. Ao realizar entrevistas com membros de um terreiro de Umbanda na cidade de Pau dos Ferros-RN, percebemos, por parte dos dirigentes, a construção de uma alegoria discursiva, com a qual pretendiam reconfigurar a hierarquia social tradicionalmente pertinente à natureza daquele grupo religioso. Num diálogo com a hierarquia validada pela tradição, seus discursos contrapunham outra hierarquia, esta de valores constituídos por sentidos que orbitam em torno dos signos “pai”, “mãe” e “irmã(o)s de santo”.

**Palavras-Chave:** Argumentação; Carnavalização; Terreiro.



THE PSEUDOCARNIVALIZATION IN A TERREIRO IN PAU DOS  
FERROS - RN

**Leonardo Mendes Álvares**

Doutorando em Letras PPGL-UERN

[leomalvares@gmail.com](mailto:leomalvares@gmail.com)

**Gilton Sampaio de Souza**

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP (Araraquara)

Professor adjunto IV - UERN

[giltonssouza@gmail.com](mailto:giltonssouza@gmail.com)

**Abstract**

This article is the result of our doctoral research, under development at PPGL / UERN. In it we deal with the (de)materialization of the concept of carnivalization, proposed by Bakhtin, which we encounter in the interim of the constitution of the corpus of research. When conducting interviews with members of an Umbanda terreiro in the city of Pau dos Ferros-RN, we noticed, by the leaders, the construction of a discursive allegory, with which they intended to reconfigure the social hierarchy traditionally relevant to the nature of that religious group. In a tense dialogue with the hierarchy validated by tradition, his speeches contrasted another hierarchy, this one of values constituted by meanings that orbit around the signs "father", "mother" and "sister (s) of saint".

**Kei-words:** Argumentation; Carnivalization; Terreiro.



Já de início, faz-se imprescindível destacar que, embora o pano de fundo de nossa análise seja um terreiro de Umbanda<sup>1</sup>, e a cena envolvida na exposição que Bakhtin (1996) fez do conceito de *carnavalização* seja, na origem, também religiosa, diferentemente da condução adotada por ele, em nosso percurso analítico, empregamos o conceito de *carnavalização* eminentemente no plano social da convivência estabelecida entre os humanos no espaço litúrgico. Transitamos pelo mesmo território (sacro), observamos também o discurso e as revisões hierárquicas promovidas por processos de *carnavalização*, entretanto com escopos diferentes, o nosso circunscrito ao âmbito das tradições religiosas da Umbanda, porém sem alcançar o caráter ritualístico, as relações discursivas estabelecidas entre o humano e o sagrado, entre o indivíduo e a(s) divindade(s) e/ou entidade(s).

Este artigo emerge, como resultado parcial, da pesquisa que vimos empreendendo durante o nosso curso de Doutorado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – PPGL/UERN, inscrita mais especificamente na linha de pesquisa Discurso, Memória e Identidade. Para constituição do *corpus* desta pesquisa, cujo objetivo principal é compreender os discursos que compõem as identidades das comunidades de terreiros de Pau dos Ferros-RN<sup>2</sup>, tendo como eixo teórico-metodológico central os postulados da Nova Retórica (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996), realizamos quatorze entrevistas compreensivas (KAUFMANN, 2013) em quatro terreiros de Umbanda do município de Pau dos Ferros-RN.

Dentre tais entrevistas, destacamos para este artigo as quatro realizadas num terreiro o qual chamaremos de Casa de Oração Santa Bárbara<sup>3</sup>. Seguindo o protocolo adotado para a nossa

---

<sup>1</sup> A Umbanda é uma religião brasileira, nascida do sincretismo de culturas africanas, ameríndias e cristã católica, resultante da diáspora produzida pelo tráfico humano de africanos para as Américas, realizado pelos invasores portugueses, com fins escravagistas. Outros arranjos decorrentes desse mesmo processo sincrético originaram outras religiões brasileiras identificadas com as matrizes africanas e ameríndias, dentre as quais figuram, por exemplo, o Candomblé, o Batuque, a Jurema e o Catimbó. Todas essas vertentes religiosas têm, entre outras coincidências, o espaço sagrado denominado de terreiro, em alusão à memória de ancestrais que viveram o cativeiro da escravidão e que tinham eventualmente nos terreiros das casas grandes das fazendas alguns poucos momentos de liberdade vigiada, nos quais podiam reunir seus cacós culturais, restaurando momentaneamente o sentimento de comunidade, com os irmãos de fé e com o sagrado.

<sup>2</sup> Pau dos Ferros é a principal cidade da microrregião do Alto Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, situado no Nordeste brasileiro. Localiza-se 389 quilômetros distante da capital, Natal, registra, conforme o último censo, uma população de 27.745 habitantes (IBGE, 2010) e destaca-se como polo de produção científica, congregando pesquisadores dos Estados do Rio Grande do Norte, do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco em três Programas de Mestrado acadêmico e o único de Doutorado num raio regional bastante abrangente.

<sup>3</sup> Estamos identificando por este nome o terreiro por ser o preferido por sua matriarca e fundadora. Entretanto esta instituição, bem como as demais que visitamos para a pesquisa, não conta com uma placa, em via pública ou

pesquisa, ali foram entrevistados os dois fundadores e dirigentes da casa, a Mãe de santo – com 68 (sessenta e oito) anos de idade na data da entrevista – e o Pai de santo – seu filho consanguíneo, que tinha 41 (quarenta e um) anos de idade na data da entrevista –, ambos praticantes da Umbanda desde a infância. Além deles, foram entrevistados dois filhos de santo, um com 23 (vinte e três) anos de idade, quando entrevistado, vinculado àquele grupo religioso havia 9 (nove) meses, e o outro com 40 (quarenta) anos de idade, quando entrevistado, e vinculado ao grupo havia cerca de dois anos. Dos quatro entrevistados, o Pai de santo não chegou a concluir o Ensino Fundamental, e o filho de santo identificado como M1 (membro 1) é o único com Ensino Superior – inclusive pós-graduado.

Consideramos que as entrevistas realizadas neste terreiro sobressaíram-se às efetuadas nos demais, para os propósitos aqui empreendidos, por apresentarem discursos convergentes na maneira como os entrevistados se referiram aos dirigentes da casa, revelando um artifício discursivo que, fundamentado numa hierarquia muito peculiar de valores notada em suas argumentações, pretende reestruturar a hierarquia tradicionalmente reproduzida nas convivências sociais estabelecidas nos terreiros de Umbanda. No que vimos a (des)materialização da alegoria, da máscara e do carnaval defendidos por Bakhtin (1996).

### **Mas de que Carnaval falamos?**

Ao longo dos estudos subsidiários à nossa pesquisa, retornamos, mais uma vez, a Bakhtin e seu círculo, cujas contribuições à nossa formação se acumulam há mais de uma década, desde a graduação em Letras. Neste presente retorno, cuja pretensão primeira era a de revisar conceitos como o de dialogismo e o de polifonia, com vistas a um trabalho mais eficaz de análise das entrevistas obtidas, deparamo-nos com outro conceito ao qual nunca demos tanta atenção: o de carnavalização. Inicialmente, pareceu-nos distante de nosso propósito, até o abstrairmos da cena literária e transpô-lo para o discurso cotidiano, sob o foco argumentativo.

Vimos tal transposição como muito justa e clara, entretanto tínhamos o receio de “esgarçar” a teoria, perguntávamo-nos até onde poderíamos utilizar a carnavalização, em amparo à nossa

---

nas dependências internas acessíveis ao público, que lhe atribua um nome e a identifique como um espaço litúrgico.



análise, fora do contexto literário em que ela foi apresentada. Farta resposta à dúvida encontramos na voz do próprio Bakhtin (1996), quando diz que:

[...] o carnaval, não é de maneira alguma a forma puramente artística do espetáculo teatral e, de forma geral, não entra no domínio da arte. Ele se situa nas fronteiras entre a arte e a vida. Na realidade, é a própria vida apresentada com elementos característicos da representação. (BAKHTIN, 1996, p. 6)

Disso compreendemos a proposição do evento carnaval como um signo, ao qual são vinculados sentidos que extrapolam os discursos literários, os quais alcançam os discursos da vida cotidiana. Além disso, percebemos que a discussão originária empreendida pelo autor já propunha a compreensão do carnaval tomando como pano de fundo cenas religiosas, ritos cristãos e “pagãos”<sup>4</sup>, contrapostos a vivências sociais populares livres.

Temos, então, o carnaval compreendido como evento libertador, por meio do qual as estruturas hierárquicas sociais seriam momentaneamente destituídas e outra dinâmica, tendente à igualdade de classes e grupos, se imporia, “era o triunfo de uma espécie de libertação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus” (BAKHTIN, 1996, p. 8). É este “espírito carnavalesco” que acreditamos ter encontrado no terreiro de Umbanda Casa de Oração Santa Bárbara, em Pau dos Ferros-RN.

### **E tem carnaval em terreiro de Umbanda?**

Ressaltando que nos interessa do conceito de carnavalização proposto por Bakhtin a sua essência nuclear, a ruptura do *status quo*, especialmente no tocante a hierarquias sociais vigentes, esclareçamos que, com este foco, a hierarquia tradicional de qualquer terreiro, independentemente de qual seja a vertente de culto de matriz africana e/ou ameríndia ali praticado, já é, em si, carnavalesca, se confrontada àquela vigente na comunidade social que abriga o terreiro.

---

<sup>4</sup> Trazemos aqui o termo “pagãos” entre aspas com o objetivo mesmo de torná-lo exógeno ao nosso discurso, claramente pertencente ao discurso de outrem, o discurso por meio do qual os cristãos católicos se permitiam expressar seu preconceito contra as demais concepções religiosas, oprimir seus ritos, discriminar seus praticantes. Uma mácula que ainda permanece ativa em nossa língua até o presente.

Não raro, um pai de santo ou uma mãe de santo, autoridade máxima dentro de um terreiro, com amplo poder de deliberação sobre os rumos da instituição e influência sobre os destinos dos demais membros do grupo, ocupa fora da cena religiosa uma posição social modesta, muitas vezes considerada subalterna para os padrões capitalistas modernos. Muitas vezes, a porta física do terreiro atua também como um portal, pelo qual, ao passar, a faxineira, a manicura, ou a vendedora de vísceras da feira livre, por exemplo, transforma-se automaticamente na mãe de santo, maior autoridade no terreiro.

Numa análise mais profunda, compreendendo que um terreiro é sempre uma espécie de quilombo cultural, um lugar de resistência, de sobrevivência de culturas primitivas, tornadas minoritárias graças às tentativas de “eugenia” dos dominantes, fica claro que manter viva uma hierarquia interna, pautada por valores divergentes dos impostos fora daquele espaço, torna-se possível também por via de uma carnavalização. Os ritos ancestrais, rotulados maliciosamente de “pagãos” já “ofereciam uma visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferente, deliberadamente não-oficial [...]; pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, *um segundo mundo e uma segunda vida* (BAKHTIN, 1996, p. 4 – 5, grifos do autor). Esse é o mundo existente nos terreiros até hoje, essa é a vida ali experimentada cotidianamente.

Mas até aí não há nada de propriamente novo, essa realidade descrita coincide com as de tantos outros terreiros espalhados pelo Brasil. O que nos revelou de novidade a nossa incursão no campo da pesquisa qualitativa que vimos desenvolvendo, numa abordagem que tem se servido rigorosamente da observação participante (ÁLVARES e FREITAS, 2018; CARDANO, 2019; QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998) e flertado sem pudores com princípios da etnografia, foi uma espécie de pseudocarnavalização dessa tradição intra-terreiro, cuja hierarquia instituída já seria também carnavalizada.

Conforme expusemos anteriormente, para constituição do *corpus*, foram entrevistados quatro sujeitos ligados à Casa de Oração Santa Bárbara, os dois dirigentes (mãe e filho biológicos) e dois outros membros do grupo. Surpreendentemente, embora todos os sujeitos tenham afirmado, durante as entrevistas realizadas individualmente, que se reconhecem como umbandistas e tenham afirmado sentir orgulho disso, em certos momentos revelaram desconforto na convivência com valores e tradições que são típicos de tal denominação religiosa, preferindo aproximar seus discursos de valores e tradições de outras vertentes



religiosas. Por exemplo, os dois dirigentes da instituição, que são também seus fundadores, referiram preferência pela denominação Casa de Oração, em vez de Terreiro, Tenda ou Casa de Umbanda, como seria mais comum para a designação de um templo de Umbanda.

Para além da quebra de expectativa ou da simples fuga do “lugar comum”, interessam-nos os valores evocados na argumentação por eles apresentada ao justificar sua escolha, especialmente por ser esse o núcleo de nosso território epistemológico e o eixo teórico-metodológico central de nossa pesquisa de doutoramento, a argumentação. Por exemplo, quando perguntada como se denomina aquele espaço sagrado, a matriarca do terreiro escolhe dizer:

Eu chamo meu tempinho de... meu... meu... minha casinha de oração Santa Bárbara. Eu chamo minha casinha de oração, ‘né’? Porque a gente se dedica mais realmente [a] rezar, ‘tirar terço’ [de] libertação. Eu ainda sou do tempo antigo, eu via minha mãe fazer: chegou perto a ‘quarentésima’<sup>5</sup> que a gente chama, quarenta dias a gente cobre todos os ‘santo’, com aquele pano branco, ‘né’? Guarda, cobre todos os ‘santo’, tranca e vai respeitar a Semana Santa. Eu chamo meu templozinho de oração. Não chamo terreiro... Chamo meu templozinho de oração.

Excerto 1 – entrevista realizada em 07/02/2020.

Dessa fala, resta perceptível que, não apenas a denominação do espaço sagrado por ela fundado, mantido e dirigido, como também as motivações por ela apresentadas como justificativas para o nome, resultam de um movimento de busca por aproximação de valores e práticas cristãs católicas, hegemônicas na cidade. Esse ímpeto de aproximar seu discurso de valores amplamente aceitos e distanciá-lo de outro socialmente discriminado fica notório inclusive na recorrência aos termos mais circulantes no “discurso católico”, como “tempinho/templozinho”, que aparece três vezes, em repetições de frases afirmativas. Em contraponto, há uma única frase em que o termo “terreiro” é mencionado, a negativa “Não chamo terreiro”, sem qualquer justificativa subsequente.

O mesmo movimento se dá na fala de seu filho, também dirigente e cofundador do terreiro. Respondendo à mesma pergunta (como denomina aquele espaço sagrado), ele diz:

Eu considero aqui uma casa de caridade, uma casa de orações, ‘né’? E a gente também vai muito pela oração, ‘né’? Como falei, sou devoto do Coração de Jesus, sou devoto de São Francisco, “né”? Aí entramos, ‘né’?... na espiritualidade, entramos na Umbanda [...].

Excerto 2 – entrevista realizada em 07/02/2020.

<sup>5</sup> Por “quarentésima” a Mãe de santo se refere ao período chamado de Quaresma pelos cristãos católicos, que compreende o intervalo de quarenta dias interposto entre o Carnaval e a Páscoa.

É possível observar que as falas de ambos são construídas evocando e hierarquizando valores que aproximam as suas práticas religiosas, o seu espaço sagrado, de outras práticas, oriundas de outros espaços, já legitimados como sagrados pela cultura dominante local. Fica clara a perspectiva dialógica dos discursos por eles construídos em resposta a tantos outros circulantes na sociedade em que se inserem, cujo teor comumente coloca os praticantes de religiões de terreiros em posição antagônica às práticas católicas.

Em seus discursos notadamente responsivos e eminentemente argumentativos, ambos buscam mostrar suas práticas religiosas muito próximas daquelas mantidas por católicos praticantes, evocando valores como a reza/oração, a caridade, o respeito aos santos e à liturgia católica... Há também uma clara hierarquização dos valores evocados, por exemplo, na fala do filho da matriarca, pela precedência dada aos signos cristãos, antes de mencionar a Umbanda; bem como na fala dela mesma, ao adotar e justificar espontaneamente o uso das denominações templo e casa de oração – inclusive em diminutivo carinhoso –, em detrimento do termo terreiro, o qual simplesmente nega sem qualquer justificativa.

Essa falta de hábito do uso de termos que os identifiquem como praticantes da Umbanda e que identifiquem seu espaço de culto como um terreiro, explica-se pela dificuldade enfrentada por ambos, e revelada em outros momentos das entrevistas, de autoaceitação como sacerdotes dessa religião, em razão de uma grande gama de preconceitos sociais sofridos por ambos desde suas infâncias. Essas discriminações são pertinentes a relações sociais opressoras, por meio das quais um grupo dominante assume a posição que Bakhtin (1996) chama de *oficial* e hierarquiza quais valores culturais devem ser privilegiados e quais podem ser vilipendiados.

É essa realidade hostil cotidiana que o povo, os oprimidos de uma sociedade, subverte no carnaval, ou por meio de algum processo de carnavalização, seja em qualquer vertente de expressão artística ou em qualquer vivência cotidiana. Isso nos levará ao núcleo desta análise, contudo, antes, faz-se mister um esclarecimento conceitual, ao qual dedicamos a próxima seção.



## Valores e hierarquias: duas ambivalências que merecem atenção neste carnaval

Temos até aqui utilizado, não indistintamente, mas sem grandes preocupações em diferenciar, dois sentidos empregados para os termos “valor(es)” e “hierarquia(s)”, ambos bastante recorrentes neste artigo. Contudo, antes de adentrarmos o núcleo mais profundo desta análise, consideramos prudente evidenciar quais são esses sentidos por nós almejados.

Para ambos os casos vimos empregando um sentido mais *lato*, de circulação mais ampla nas ciências humanas e sociais; e outro mais *stricto*, mais comum aos estudiosos da argumentação. Para este último contexto, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 84 – 85), propõem que “os valores intervêm, num dado momento, em todas as argumentações. [...] Recorre-se a eles para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem”. Ainda de acordo com eles, se “inseridos num sistema de crenças, que se pretende valorizar aos olhos de todos, alguns valores podem ser tratados como fatos ou verdades” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 85).

Esse sentido mais específico, mais endógeno à base teórico-metodológica que norteia este artigo, é bastante caro à adequada arquitetura da análise que empreendemos, portanto de grande importância para sua compreensão. Delimitar os valores como elementos constituintes dos discursos argumentativos que subsidiam este texto permite-nos, por exemplo, compreender a necessidade que um sacerdote, falando sobre a denominação do terreiro que conduz, sente de dizer: “Eu considero aqui uma casa de caridade, uma casa de orações, ‘né’? E a gente também vai muito pela oração, ‘né’?”. Ao dizer que ali “também se vai muito pela oração”, tem-se um discurso de resposta a outro(s), dominante(s) na sociedade, que questiona(m) diuturnamente a legitimidade e a própria sacralidade daquele templo, daquela religião, das práticas que lhe são peculiares.

A partir de um excerto materialmente tão pequeno, mas discursivamente enorme, pleno de sentidos, como o acima transcrito, evidencia-se a pertinência da aproximação teórico-metodológica que temos proposto para a tessitura deste artigo e também da Tese de Doutorado que vimos elaborando. O mesmo enunciado que revela a natureza dialética e dialógica do discurso também apresenta uma argumentação subsidiada por valores hierarquizados.

Quanto ao sentido estrito de hierarquia(s), também oriundo dos postulados da Nova Retórica, é o de ordenação da importância atribuída aos valores elencados na constituição de uma argumentação, e pode se dar por meio de diversos princípios, desde os mais concretos ou objetivos, como de quantidade ou precedência; a outros mais abstratos ou subjetivos, como da preferência. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 91), “se recorremos a princípios abstratos, estes geralmente introduzem nas relações entre coisas uma ordem que transforma a simples superioridade, o preferível, em hierarquia no sentido estrito”, o que exige bastante atenção dos estudiosos que se dedicam ao tema. Eles também destacam, como orientação metodológica para as análises, que “as hierarquias de valores são, decerto, mais importantes do ponto de vista da estrutura de uma argumentação do que os próprios valores” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 92). Seguindo tal orientação e cumprido o esclarecimento terminológico necessário, retornemos à análise.

### **Num pseudocarnaval dentro do carnaval, o valor do pai e/ou da mãe de santo**

Posto que na constituição dos terreiros como espaços de cultos de matrizes africanas e/ou ameríndias, como dissemos anteriormente, já é recorrente um processo de carnavalização, dado pela subversão da hierarquia dominante, pautada nos valores vigentes na sociedade civil, que esse pode ser considerado um processo habitual, característico, ordinário nos terreiros brasileiros; a partir daqui focalizaremos o que estamos chamando de pseudocarnaval dentro do carnaval, como tratamos a carnavalização observada na Casa de Oração Santa Bárbara, a utopia de subversão desse segundo sistema hierárquico habitualmente encontrado nos terreiros.

Como já dissemos, a Umbanda é uma das religiões surgidas no Brasil como fruto da diáspora africana, decorrente do tráfico humano para fins escravagistas. É, portanto, uma religião de referências culturais forçosamente miscigenadas, agregando traços linguísticos, litúrgicos, e societários de diversos povos do continente africano, de diversos povos nativos do território brasileiro e do grupo dominante composto pelos invasores portugueses que usurparam o território brasileiro no período ainda habitualmente tratado, em muitos livros de História carentes de revisão, como descobrimento. Logo, independentemente de qual seja a matriz cultural que sobressaiu e tornou-se determinante em um terreiro, haverá nele uma organização

litúrgica hierarquizada, estabelecida pelos próprios guias espirituais ali cultuados, bem como uma estrutura social hierarquizada, a qual tem no topo o pai e/ou a mãe de santo, que também é, normalmente, fundador(a) da instituição.

Essa hierarquia costuma ser tomada como fundamental ao funcionamento dos terreiros, uma vez que ao pai e/ou à mãe de santo cabe governar a comunidade formada naquele espaço sagrado, determinando os rumos da vida da instituição, do coletivo e de cada indivíduo que o integre, segundo orientações, por ele/ela interpretadas, dos guias espirituais. Esse modelo de gestão habitualmente requer para seu bom funcionamento uma estrutura social de relações verticalizadas o suficiente para inibir, ou ao menos desnaturalizar, contestações das determinações do(s) líder(es).

Entretanto, na Casa de Oração Santa Bárbara, a qual congrega um grupo de cerca de vinte praticantes da Umbanda, integrados como membros de uma família espiritual, surpreendentemente os dirigentes do grupo, efetivamente pai e mãe de santo do terreiro, preferem abstrair de seus discursos tais títulos, construindo uma alegoria de ruptura hierárquica, pela qual se colocam como irmãos dos demais, com os quais pretendem uma relação de igualdade. Entretanto, não lhes é possível, pela própria dinâmica de um terreiro, que se abstenham do papel de liderança, com todas as suas prerrogativas, bem como com todas as responsabilidades dele decorrentes.

Nas entrevistas realizadas com os dois dirigentes do terreiro, foi-lhes perguntado como eram chamados pelos membros do grupo que conduziam. A isso a mãe de santo respondeu:

É ‘mãezinha’, é ‘mãe preta’, ‘minha véia’... ‘Bom dia, minha veia!’... e me sinto bem.

Excerto 3 – entrevista realizada em 07/02/2020.

Em outro momento da entrevista, no qual respondia à pergunta *Como a senhora explicaria a alguém que nunca teve contato com Umbanda o que é um terreiro?* a matriarca apresenta a seguinte compreensão:

Já hoje eu posso dizer que tenho meu terreiro. [...] ‘Me sinto’ feliz em cultivar esta irmandade. A irmandade que eu chamo... a irmandade, porque a gente respeitando, considerando uns aos outros, todos somos irmãos. A irmandade é a união da Umbanda, ‘né’?! A união, nenhum querer ser mais de que outro, nenhum querer ser maior.

Excerto 4 – entrevista realizada em 07/02/2020.

Destaquemos que, em toda a entrevista, esse é o único momento em que ela se refere ao seu terreiro utilizando-se deste termo, o que talvez resulte do fato de ele já estar presente no texto da pergunta feita. Destaques também que, embora em sua primeira fala aqui exposta, a mãe de santo diga sentir-se confortável em ser tratada pelo título de mãe e já inicie a segunda fala assumindo uma condição de proprietária do terreiro (a instituição), talvez como algo, para ela, naturalmente decorrente da propriedade do espaço físico que o abriga, ela prefere evocar o valor da “irmandade” e vincular a este o da “igualdade” o de “não querer ser mais/maior que os outros”.

Percebemos então que, ao mesmo tempo em que a condição de matriarca, de dirigente, por ela exercida, lhe é natural e confortável, sendo-lhe admissíveis variantes do signo “mãe”, o título de mãe de santo parece lhe chegar com um valor hierárquico que ela vê – ou receia ser visto por outrem – como excessivo, promotor de desigualdades, portanto deveria ser rechaçado. Já o seu filho que, nas incursões ao terreiro e nas entrevistas que realizamos com dois outros membros (filhos de santo) do grupo, pudemos constatar que exerce plenamente a função de pai de santo, também respondendo à pergunta sobre como é tratado pelos membros do grupo que conduz juntamente com sua mãe, relatou:

Há alguns irmãos da casa que queriam sim chamar de pai, então eu preferi não, ‘né’?! Porque é uma patente muito... ‘né’?! de grande responsabilidade. Não que eu [não] tenha respo... tenho sim, com certeza, mas assim... é... eu não aceitei, eu não... ‘né’?! Irmão. [...] Não... não me senti confortável com o “pai”... isso... [com] isso eu... eu não me senti bem.

Excerto 5 – entrevista realizada em 07/02/2020.

Em outro trecho da entrevista, em que narra como se deu a abertura do terreiro na cidade de Pau dos Ferros-RN, ele disse:

[...] aqui a gente não se trata como “pai” e “filho”, eu não aceito, como eu falei. É... mamãe, por ser a mais velha, a matriarca, todos chamam de mãe, mas mesmo assim ela breca, ela não quer, [por]que eles são os irmãos. Sou o zelador de orixá, não sou pai de santo, e Deus me livre de um dia ser. Eu zelo. Quero não...

Excerto 6 – entrevista realizada em 07/02/2020.

Desses dois pequenos excertos de uma entrevista de quase duas horas de duração, podemos depreender uma rejeição pelo título de pai de santo, entretanto não parece haver o mesmo desconforto em ocupar uma posição distinta do restante do grupo, naturalmente pertinente aos sacerdotes na Umbanda. É possível observar, por exemplo, que a única menção por ele feita à

ideia de fraternidade aparece na explicação da atitude atribuída à sua mãe, de “brecar” os filhos, quando lhe tratam por “mãe”. Para si ele guarda a condição, igualmente distinta, de “zelador de orixá”, título também exclusivo de sacerdotes de religiões de matriz africana, do que inferimos que, talvez, no caso dele, a maior rejeição seja por assumir uma senioridade que lhe parece implicada no título paternal e não pelo *status* distinto pertinente ao líder. De todo modo, perante o grupo, ele segue a postura adotada por sua mãe e se apresenta como irmão dos demais, como podemos verificar nas entrevistas feitas a dois outros membros (filhos de santo) do terreiro.

Essa inferência acerca da possibilidade do desconforto com a denominação de pai de santo estar mais atrelada à dificuldade de aceitar a senioridade implicada no arquétipo paternal do que propriamente de assumir a condição distinta de líder é subsidiada por um contexto maior percebido ao longo da entrevista, desvelado, por exemplo, num desconforto em revelar a própria idade e nos relatos de uma história de infância e juventude permeadas por uma mediunidade ainda incompreendida, o que lhe tolheu muitas vivências sociais comuns àquelas fases da vida. Conforme Geraldi (2012, p. 32), “a contextualização do enunciado é essencial porque todo enunciado “reflete uma realidade extra-verbal”. Para o mesmo autor,

Dar contextos a um texto é cotejá-lo com outros textos, recuperando parcialmente a cadeia infinita de enunciados a que o texto responde, a que se contrapõe, com quem concorda, com quem polemiza, que vezes estão aí sem que se explicitem porque houve esquecimento da origem. (GERALDI, 2012, p. 33)

Algumas dessas vozes mobilizadoras do diálogo implícito aqui discutido, por meio das quais emergem os valores construídos e hierarquizados nos discursos que ora analisamos já foram desveladas acima, abaixo acrescentamos outras.

Conforme a metodologia adotada para composição do corpus da pesquisa, além dos dirigentes dos terreiros, entrevistamos mais dois membros, sendo um dos que está integrado ao grupo que acompanha os fundadores há mais tempo e outro dos mais recentemente ingressos, os quais trataremos, respectivamente, como M1 e M2. A M1 perguntamos qual o tratamento adotado entre os membros do terreiro. O excerto abaixo é parte de sua resposta.

A gente se trata como irmãos, ‘né’?! É... como acho que você bem sabe, existe o pai e a mãe de santo da casa, ‘né’?! E... eles ‘mesmo’, eles ‘gosta’ que a gente os trate como irmãos. Tem alguns [*que*], por questão de respeito, ‘chama’ de mãe, ‘chama’ de pai, ‘né’, como você mesmo já viu, mas numa maioria se trata como irmão.

Excerto 7 – entrevista realizada em 11/02/2020.

Mais à frente na entrevista, quando perguntado sobre como vem adquirindo suas referências e seus conhecimentos a respeito da Umbanda, ele responde:

eu sempre comentava com... com o nosso irmão, ‘né?’, da casa, que a gente considera como o pai da casa, e tem como o pai da casa... ele diz que nunca tinha visto uma pessoa tão curiosa, ‘pa’ pegar um livro de Umbanda e ‘engolir’, e ler todo ‘pa’ poder conhecer.

Excerto 8 – entrevista realizada em 11/02/2020.

Em ambos os excertos fica notório que tratar os dirigentes da casa pelo termo “irmã(o)” não é um processo espontâneo para o grupo, não lhes parece natural para aquele contexto sócio-religioso. É notória a necessidade que o entrevistado manifesta de se resguardar, esclarecendo que o grupo os reconhece e respeita como mãe e pai, que os trata por irmãos por determinação deles. É um comportamento semelhante ao dos súditos de uma monarquia que, igualados momentaneamente ao monarca, pela condição transitória de brincantes, no carnaval, tratasse a este com uma igualdade monitorada, uma liberdade condicionada. O mesmo pode ser constatado em dois trechos da entrevista de M2, transcritos a seguir.

O primeiro trecho foi extraído da resposta a uma pergunta sobre como são mantidas as despesas de funcionamento do terreiro, se os filhos de santo costumam colaborar, ao que M2 respondeu:

Não, até porque... a... a gente... é... nossos irmãos, a gente sempre ‘somos’ unidos. E os donos da casa, minha mãe... minha mãe e meu irmão, eles ‘nuncam’ pediram isso. Mas a gente tem a noção de que precisa.

Excerto 9 – entrevista realizada em 07/02/2020.

Em seguida, perguntamos sobre como ele vem construindo suas referências, seu conhecimento sobre a Umbanda, ao que respondeu que pesquisa muito na internet. Então, sabendo que as religiões de terreiros são ancestralistas, tradicionalistas, de natureza iniciática, ou seja, requerem o cumprimento de ritos de iniciação para que os membros tenham acesso aos segredos do grupo, e adotam eminentemente uma dinâmica oral e geracional de transmissão de conhecimentos, o que faz com que informações disponíveis em livros, sítios virtuais e redes sociais precisem ser validadas pelas autoridades do terreiro para que sejam consideradas; perguntamos sobre como reconhece, dentre as informações obtidas na internet, quais são confiáveis para seu aprendizado. A isso ele respondeu:

Quando eu não pergunto à entidade<sup>6</sup>, eu sempre converso com minha mãe de santo, pergunto, aí ela me explica bem ‘direitin’, porque... eu mesmo... eu vim... eu aprendi mesmo o que ‘era’ Umbanda mesmo aqui.

Excerto 10 – entrevista realizada em 07/02/2020.

Nas falas de M2 podemos observar que, talvez por seu ingresso mais recente que o de M1 no grupo, o tratamento por “irmão”, dispensado àquele que na prática tem função de pai de santo e que ele distingue dos demais ressaltando que é dono da casa, lhe parece mais internalizado, mais naturalizado. Entretanto o mesmo não acontece em relação à mãe de santo, esta tratada mesmo por “mãe”. Talvez esse seja um indício de que essa decisão do pai de escolher para si o tratamento de “irmão” seja algo recentemente afirmado perante o grupo, de forma que aqueles que já integravam a família do terreiro anteriormente a esta escolha ainda não se habituaram a ela tanto quanto os que já encontraram essa prática ao ingressar.

Talvez a associação feita entre a denominação “irmão” e a noção de igualdade, em contraponto dialógico à noção de desigualdade, ou de afirmação de superioridade, associada à denominação de “pai” ou de “mãe” seja, até mesmo para os líderes do grupo, um entendimento recente, ainda em processo de internalização. Para nós, interessa o estabelecimento de tais associações, sua constituição em valores assumidos e hierarquizados no discurso daquele grupo. De acordo com Miotello,

[...] Bakhtin/Voloshinov defende que as menores, mais ínfimas e mais efêmeras mudanças sociais repercutem imediatamente na língua; os sujeitos inter-agentes inscrevem nas palavras, nos acentos apreciativos, nas entonações, nas escalas dos índices de valores, nos comportamentos ético-sociais, as mudanças sociais. (MIOTELLO, 2010, p. 172)

Esse processo, para o próprio Volochinov (2013), torna a palavra um fenômeno ideológico e, ao mesmo tempo, também parte da realidade material, palavra que dita, ou pensada, exprime um ponto de vista a respeito de vários acontecimentos da realidade objetiva, em diferentes situações.

No caso de que tratamos, é a assunção de um ponto de vista, de um sentido peculiar que torna impróprio o termo “pai de santo”, universalmente adotado pelos sacerdotes da Umbanda, para autodenominação do líder da Casa de Oração Santa Bárbara. Contudo,

---

<sup>6</sup> Pelo termo entidade, aqui empregado genericamente, M2 se refere aos guias espirituais do terreiro, os quais, seguindo a dinâmica litúrgica habitual da Umbanda, costumam em certos momentos ritualísticos conversar e dar orientações aos membros da casa, sobre temas diversos, mas especialmente sobre os conhecimentos edificantes de sua educação religiosa.

Cumpra salientar que não se trata de uma redução pura e direta de tudo a um denominador comum: a coisa continua coisa, a palavra, palavra, elas preservam sua essência e apenas se completam com o sentido.

[...] O sentido não quer (e não pode) mudar os fenômenos físicos, materiais e outros, não pode agir com força material. Aliás, ele nem precisa disso: ele mesmo é mais forte que qualquer força, muda o sentido total do acontecimento e da realidade sem lhes mudar uma vírgula na composição real (do ser); tudo continua como antes mas adquire um sentido inteiramente distinto (a transfiguração do ser centrada no sentido). (BAKHTIN, 2007, p. 71)

Dito de outra forma, ainda que opte por ser chamado de irmão pelos filhos de santo do terreiro, o pai de santo continua pai de santo, mudar o nome não muda o ser.

Tal como descreve Bakhtin (1996), a carnavalização é utópica por natureza quando proposta para além da efemeridade do carnaval. E, no caso em análise, tem-se nesse segundo movimento apenas uma pseudocarnavalização, uma vez que a subversão do *status quo* não foi conquistada pelo “povo” daquele terreiro. Não foi proposta dos filhos passar a tratar o pai e a mãe de santo como irmãos e, na prática, a mudança dos termos não alterou a hierarquia sócio-religiosa vivenciada no grupo. No fundo, tal mudança foi escolhida e também autorizada pelos líderes. É a criação de uma pseudoliberalidade depositada na máscara, na alegoria, e subsiste apenas no caráter fortuito do carnaval, mas, se alçada ao terreno utópico da permanência da ruptura hierárquica, essa carnavalização faz-se licenciosa: o pai de santo materializa o seu conceito de igualdade na escolha por ser tratado como irmão por todos os seus filhos, entretanto todos os filhos continuam sabendo o tempo todo quem, dentre os irmãos, é o pai.

## Conclusões

Ao concluir esta análise, confirmamos a inferência da materialização do que chamamos de pseudocarnavalização, numa analogia com a teoria da carnavalização de Bakhtin (1996) no terreiro Casa de Oração Santa Bárbara, instituída pelo uso do signo irmã(o) para autodenominação dos líderes do terreiro, como forma de performar uma ruptura hierárquica, uma relação de igualdade com os demais membros do grupo, a qual não se efetiva na prática – e nem poderia, em razão das tradições pertinentes à Umbanda –, concretizando-se uma perspectiva utópica, mencionada pelo próprio Bakhtin (1996) na discussão que empreende do conceito de carnavalização.



A esta confirmação chegamos pela identificação dos valores atribuídos, em sua convivência social, pelos dirigentes e por outros dois membros do grupo religioso aos signos “pai”, “mãe” e “irmão de santo”, sendo os dois primeiros vistos com valor menos preferível, como demarcadores de relações de desigualdade, de superioridade aos demais membros do grupo, e o último com valor mais preferível e sentido de igualdade de importância perante o grupo. Disso resulta a percepção das relações hierárquicas estabelecidas pelos membros do terreiro entre os referidos signos.

Ressaltamos que esta análise baseia-se num recorte do *corpus* de uma pesquisa doutoral em desenvolvimento, contudo acreditamos estar socializando com nossos pares uma contribuição pertinente, pois coadunamo-nos ao pensamento registrado nas palavras de Geraldi:

O conhecimento que se obtém não se esgota no próprio objeto tomado para análise. A interpretação construída não se generaliza: permanece particular. Mas os conceitos elaborados na caminhada é que se tornam cognitivamente produtivos e podem ser reaplicados na construção de interpretações de outros discursos/textos. (GERALDI, 2012, p. 34)

Assim, para além das contribuições aqui deixadas pela revisão de conceitos fundantes deste trabalho e fundamentais aos trabalhos com discurso e com argumentação, como o de carnavalização, o de valores e o de hierarquia, deixamos como produto da “caminhada” mais uma possibilidade de aproximação desses dois eixos teórico-metodológicos, passível de servir a outras reflexões.

## Referências

ÁLVARES, L. M. e FREITAS, A. C. de. **Pesquisa qualitativa em linguagem**: trajeto(s) metodológico(s) da observação participante. João Pessoa: Ideia, 2018.

BAKHTIN, M. Apresentação do problema. In: BAKHTIN, M. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. 3. ed. Brasília; São Paulo: EdUnB; HUCITEC, 1996, p. 1 – 50.

BAKHTIN, M. Por uma metodologia das ciências humanas. In: BAKHTIN, M. **Notas sobre literatura cultura e ciências humanas**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 57 – 79.

CARDANO, M. **Manual de pesquisa qualitativa**: a contribuição da teoria da argumentação. Trad. CONILL, Elizabeth da Rosa. Petrópolis: Vozes, 2017.



GERALDI, J. W. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGe – UFSCAR. **Palavras e contrapalavras**: enfrentando questões de metodologia bakhtiniana. São Carlos: Pedro e João Editores, 2012, p. 19 – 39.

KAUFMANN, J. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 4. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2010, 167 – 176.

PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 83 – 107.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

VOLOCHINOV, V. N. A palavra e sua função social. In: VOLOCHINOV, V. N. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Organização, tradução e notas de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013, p 189 – 212.

Recebido em 30- 06- 2020

Aprovado em 06- 11- 2020

Publicado em 31-12- 2020

